

PROCESSO HISTÓRICO E SOCIAL DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA E A REALIDADE DA CRIANÇA BRASILEIRA

CAMINO HISTÓRICO Y SOCIAL DEL SENTIMIENTO DE INFANCIA Y LA REALIDAD DEL NIÑO BRASILEÑO

HISTORICAL AND SOCIAL PROCESS OF THE FEELING OF CHILDHOOD AND THE REALITY OF THE BRAZILIAN CHILD

Ione da Silva Cunha NOGUEIRA¹

RESUMO: O cuidado com crianças e adolescentes tem se apresentado como um movimento que é fruto de anos de luta e conscientização. No Brasil essa luta ainda é constante, especialmente no que se refere ao cuidado com a criança em desvantagem social, pois esta, além das dificuldades provenientes do fato de ser criança, enfrenta também as de diferença de classe. A pesquisa bibliográfica de abordagem dialética tem como objetivo compreender por meio de um estudo histórico, que se restringiu aos séculos XIX e XX, o desenvolvimento do sentimento de infância na realidade brasileira e o desenrolar desse sentimento e do reconhecimento de direitos de crianças e adolescentes até os dias atuais. Pretende ainda perceber em que medida o alcance desses direitos é realmente universal ou se destina apenas a parte dessa população. Apesar dos avanços alcançados em relação ao reconhecimento de direitos de crianças e adolescentes, muito ainda é preciso ser feito, especialmente no que diz respeito à criança em desvantagem social.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Cuidado. Direitos.

RESUMEN: Para comprender la importancia dada a la infancia en la actualidad es necesario entender las diferentes fases por las que pasó el reconocimiento de su existencia. Hoy, se imagina que la infancia represente un momento de la vida que deba ser preservado y resguardado de las diversas situaciones de dificultad y violencia, se sabe, sin embargo, que no siempre esa situación puede ser real para gran parte de los niños. Este artículo se propone a comprender el desarrollo histórico del sentimiento de infancia, buscando percibir cuáles fueron los reales ingresos para los niños a partir de los descubrimientos y de los conocimientos adquiridos. El problema de la infancia en la contemporaneidad a través del análisis y discusión del documental "La Invención de la Infancia".

PALABRAS CLAVE: Infancia. Cuidado. Derechos.

ABSTRACT: In order to understand the importance given to childhood today it is necessary to understand the different stages through which the recognition of its

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas - MS – Brasil – Prof^a Adjunta do Curso de Pedagogia. Doutora em Educação E-mail: ionescn@outlook.com.

existence has passed. Today, it is imagined that childhood represents a moment of life that must be preserved and protected from various situations of difficulty and violence, but it is known that this situation may not always be real for most children. This article proposes to understand the historical development of the feeling of childhood, trying to perceive what the real gains for the children from the discoveries and the acquired knowledge. Problematises childhood in the contemporary world through analysis and discussion of the documentary "The Invention of Childhood".

KEYWORDS: *Childhood. Care. Rights.*

O sentimento de infância

Para compreender as situações vivenciadas pelas crianças atualmente e a luta pelo reconhecimento de seus direitos, é importante compreender o momento histórico em que surge a compreensão dessa peculiaridade de uma fase pela qual todo ser humano deve passar antes de tornar-se adulto. Os maiores estudos nesse sentido se voltam à Idade Média, levantando a questão de haver ou não sentimento de infância durante esse período histórico.

Ariès (1981) defende a inexistência de tal sentimento nesse período e apresenta, de acordo com suas análises, algumas justificativas para tal ideia. Em primeiro lugar, é importante compreender o que o autor entende como falta de sentimento de infância. Ariès a define como a ausência de consciência a respeito da particularidade infantil, falta de conhecimento sobre as individualidades que distinguem as crianças de adultos, resultando assim, em uma incompreensão de que havia uma dependência não somente física, mas também emocional por parte das crianças. O autor defende que até o final do período medieval, esse sentimento não estava presente na sociedade.

Ao analisar a questão da infância tentando compreender de que maneira as pessoas lidavam com as crianças, Ariès (1981) percebe que algumas situações apontam a indiferença existente na sociedade em relação a elas. Essas situações referem-se aos registros iconográficos da época, a indiferença na utilização do vestuário, a falta de diferenciação entre brinquedos de crianças e utensílios de adultos, aos jogos e festas para uns ou para outros que muitas vezes se misturavam e ocorriam de maneira unificada além do fato de não se preservar a criança de alguns assuntos e comentários, atualmente considerados inadequados.

Em sua análise iconográfica, Ariès demonstra que no século XI as crianças eram reproduzidas como pequenos adultos e até o século XII, a arte medieval não tentava

representar a infância. Segundo o autor, isso acontecia, não devido a uma inabilidade do artista, mas à falta de espaço para a criança no mundo de então. A imagem da infância não apresentava interesse àquelas pessoas, pois esta era vista como um período de transição, que logo seria ultrapassado.

Em período posterior, por volta do século XIII, a criança passa a ser retratada de maneira diferenciada, como se não fosse vista como algo verdadeiro. As obras de arte a representam como anjo, “menino Jesus” ou ainda “nua” simbolizando a alma e a morte. Assim, percebe-se a presença da criança na iconografia dessa época, mas de maneira irreal, não correspondendo a sua cotidianidade.

Aos poucos, a imagem dos gestos realizados pelas crianças passa a ser cada vez mais reproduzida, porém num primeiro momento isso acontece na iconografia religiosa. Gradativamente, a infância religiosa deixou de se limitar à infância de Jesus e passou a retratar outros personagens como a virgem, por exemplo. Essa iconografia remonta ao século XIV e esteve presente até o século XVII. Porém, nos séculos XV e XVI destaca-se uma iconografia leiga que passa a retratar não somente a infância propriamente dita, mas as idades da vida ou as estações representadas por figuras da infância. A criança começa a ser reproduzida nas mais diversas situações e juntamente com os adultos, e embora essas cenas não se dedicassem à descrição exclusiva da infância, ela era “ressaltada” do contexto.

Segundo Ariès esse tipo de atitude em relação à infância pode demonstrar tanto que sua vida cotidiana estava misturada à dos adultos e todo modo de reunião existente na época unia tanto uns, quanto os outros, quanto pode demonstrar que os pintores gostavam de destacar a criança “por sua graça e por seu pitoresco, sublinhando a presença da criança no meio da multidão”. (ARIÈS, 1981, p. 56)

Também a utilização do vestuário demonstrava para o autor, a falta de preocupação com a diferença entre crianças e adultos. Ele nos relata que até o século XIII, assim que deixava os cueiros, a criança era vestida como os homens e mulheres de sua condição, ficando forte a ideia de que a Idade Média via com indiferença os trajes que as crianças usariam, havendo preocupação apenas em relação à diferenciação de trajes entre as classes sociais. Porém, a partir do século XVII, a criança nobre ou burguesa deixa de ser vestida como os adultos, passando a ter um traje adequado à sua idade que ajudasse a fazer distinção entre ela e o adulto. É uma primeira demonstração de que a criança deve ser vista como alguém que possui suas peculiaridades e diferenças que precisam ser respeitadas e acentuadas.

Como mais um indício de indiferenciação entre adultos e crianças, Ariès (1981) nos mostra que até o século XVII havia muita dificuldade em se distinguir bonecas da época, dos utensílios dos adultos como santos e bibelôs, e inversamente ao que imaginamos, os adultos participavam de muitos jogos e brincadeiras que hoje são de crianças. As festas nesse momento eram feitas para adultos e crianças e a música, a dança e as representações dramáticas reuniam toda a coletividade e misturavam as idades, tanto de artistas, quanto de expectadores. Havia também uma indiferença moral em relação aos jogos de azar dos quais as crianças poderiam participar sem problemas. Aos poucos isso foi se modificando e foram sendo determinados os jogos e brincadeiras adequados para crianças e para adultos.

Porém, nas classes populares, houve uma demora maior para se fazer essa distinção, o que levou em certo momento apenas a haver uma diferenciação entre jogos para nobres e jogos para plebeus. Ariès (1981) demonstra que deve ter ocorrido o abandono desses jogos pelos adultos das classes sociais superiores e sua sobrevivência entre o povo e as crianças das classes dominantes, ou em alguns casos, sua modificação. Ele deixa claro que existiu uma relação forte entre sentimento de infância e sentimento de classe.

Além dessas situações, o autor também nos mostra que a questão da escola, até mesmo após a era medieval aponta para uma total inobservância de diferenciação de idades. A princípio, a escola não tinha a função de educar as crianças, mas sim a de oferecer formação técnica, destinada à preparação de clérigos, fossem eles jovens ou velhos. Embora os textos medievais não sejam tão claros em relação a esse fato, era comum que pessoas de todas as idades se reunissem numa mesma sala para receber os ensinamentos. Os adultos não estavam atentos a tal fato, o que realmente importava era a matéria que seria ensinada.

Fazendo críticas à Ariès e a seu modo de considerar a história, Heywood (2004) nos traz outras concepções a respeito do sentimento de infância na Idade Média. Ele considera simplista pensar na ausência ou presença de sentimento de infância em um ou outro período da história. Para o autor, seria mais proveitoso pensar que poderiam existir diferentes concepções sobre a infância em diferentes tempos e lugares e ele identifica diversos momentos da história em que teriam ocorrido “descobertas” da infância.

De acordo com Heywood, a infância “é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e que varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer

sociedade”. Exatamente por isso não é possível pensar em uma criança natural ou universal, determinada pela constituição biológica, mas

é preciso levar em consideração o fato de que ela se adapta com facilidade a seu ambiente, que é produto de forças históricas, geográficas, sociais e culturais diversas” e assim, o autor nos apresenta a idéia de que “a infância é resultado das expectativas dos adultos. (HEYWOOD, 2004, p. 21)

Para esse autor, os relatos medievais colhidos podem levar à ideia de que a infância não foi ignorada nesse período, mas sim foi definida de forma imprecisa. Para ele, é possível compreender sim, que havia um interesse limitado na infância, e que a distância entre o mundo infantil e o mundo adulto era bem menor, ao mesmo tempo em que o nivelamento de responsabilidades que as crianças poderiam assumir era bem menos definido do que atualmente, porém, ele apresenta a ideia de que a distinção entre infância e vida adulta estava presente, mesmo naquele momento.

De certa forma, Elias (1994) confirma essas ideias, pois defende que o pensamento voltado à infância era bem restrito e a diferenciação entre formas de tratamento para adultos e crianças era muito pequena, porém, nos mostra que os adultos de então, se comparados em termos de estruturas de sentimentos e comportamento social, aos adultos do século XX, não alcançavam o mesmo patamar. Ele nos alerta, portanto, que ao estudarmos o sentimento de infância na Idade Média, devemos nos preocupar em compreender esses padrões existentes na época, não sendo possível entender vida adulta e infância a partir dos critérios e padrões dos séculos XX ou XXI.

Nesse sentido, Postman (1999) aponta três fatores que propiciaram a inexistência de sentimento de infância na Idade Média. Seriam eles, a falta de alfabetização, a falta do conceito de educação e a falta do conceito de vergonha. Para ele, esses fatores propiciavam uma concepção diferente de infância, porque faziam com que o indivíduo fosse prejudicado em seu amadurecimento intelectual, levando-o a não conseguir diferenciar algumas fases da vida. Após os sete anos, assim que dominava a fala, a criança poderia ser comparada a um adulto, pois num mundo quase que exclusivamente oral, não há um conceito muito preciso de adulto ou de criança.

A falta de alfabetização e do conceito de educação estão intimamente relacionadas e nos levam a compreender que ao se restringir a possibilidade de leitura e escrita a um pequeno grupo, restringe-se também a necessidade de formas diferenciadas de educação do povo à transmissão verbal de conhecimentos. Bárbara Tuchman *In*

Postman (1999, p. 27) relata que na Idade Média, “o leigo comum adquiria conhecimentos principalmente de ouvido, por meio de sermões públicos, dramas sacros e recital de poemas narrativos, baladas e contos.”

Devemos levar em consideração o fato de que a leitura introduz a criança em um mundo adulto, não só por lhe proporcionar amadurecimento intelectual, mas também por delimitar a passagem de um momento de incompreensão de determinados conceitos, para o de decifração de segredos culturais codificados em símbolos não naturais. Assim, se tivermos como base um mundo letrado, perceberemos que as crianças precisam dominar esses símbolos para aos poucos transformarem-se em adultos, é um mundo no qual a criança precisa romper uma barreira para adentrar ao mundo adulto. Por outro lado, em um mundo não letrado, não existe a necessidade de tal decodificação e, portanto, a diferenciação entre adultos e crianças será mínima.

O terceiro fator apontado por Postman para indicar uma ausência de sentimento de infância na Idade Média é também apontado por Elias (1994) como um dos fatores importantes para a civilização dos costumes que foi a falta de sentimento de vergonha em relação a muitas situações da vida. Para Elias, o comedimento de comportamentos e a elevação do patamar de vergonha, vieram acompanhados da civilização dos costumes.

Embora Elias não tivesse como tema principal a infância e seu desenvolvimento ao longo do processo civilizador, ele nos dá algumas informações sobre o sentimento de infância demonstrado nos documentos estudados por ele. De acordo com o autor, ao findar a Idade Média, houve a preocupação com o estudo e aprofundamento do conceito de *civilité*. E para falar sobre o assunto, analisa o tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam: “Da civilidade em crianças”, escrito em 1530. Esse tratado teve grande circulação na sociedade da época e passou por sucessivas edições. O livro de Erasmo trata do comportamento de pessoas em sociedade e do “decoro corporal externo”. (ELIAS, 1994, p. 69)

Seu livro é dedicado ao filho de um príncipe e escrito para a educação das crianças. Neste tratado, Erasmo versa sobre assuntos como ‘civilizado’ e ‘incivil’. Os conceitos de “civilizado” referiam-se a como as pessoas se comportavam nas grandes cortes feudais e embora todas as recomendações do Tratado tivessem como referência em seu título, as crianças, ele era recomendado a adultos.

Elias nos mostra que lá estavam contidos conselhos simples, como a instrução de lavar as mãos antes de comer ou não tocar no saleiro com pedaços de comida. Segundo o autor, essa situação pode demonstrar que os adultos ainda não possuíam uma psiquê

amadurecida, tal como conhecemos hoje, pois para Elias diversos códigos de comportamento escritos “ [...] confirmam certo padrão de relações entre as pessoas, a estrutura da sociedade e a psique medieval.” E a técnica padrão de comer na Idade Média somente representa um dos padrões das relações humanas e a estrutura dos sentimentos. (ELIAS, 1994, p. 79)

O autor nos mostra que os procedimentos à mesa são um segmento das formas de conduta socialmente instaladas. Assim, as formas de comportamento que nos parecem extremamente naturais porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão desde a mais tenra infância, na Idade Média, tiveram que ser lenta e trabalhosamente adquiridas e desenvolvidas pela sociedade como um todo.

Alguns comportamentos que anteriormente poderiam ser considerados normais, atualmente são completamente repulsivos e de acordo com Elias,

[...] só a psicanálise é que os descobre sob a forma de desejos insatisfeitos ou irrealizáveis, que são descritos como o nível inconsciente do onírico da mente. Esses desejos têm, de fato, em nossa sociedade o caráter de um resíduo ‘infantil’ porque o padrão social dos adultos torna necessária a completa supressão e transformação dessas tendências, de modo que elas parecem, quando ocorrem em adultos, um ‘resto’ da infância. (ELIAS, 1994, p. 146)

Aos poucos, os adultos vão modificando seus padrões de delicadeza e vergonha, passando o controle dos instintos a ser aceito como natural. À medida que isso vai acontecendo, surge também uma incompreensão do fato de as crianças não sentirem naturalmente essa delicadeza e vergonha. E como elas ainda não estão corretamente adaptadas, acabam por transgredir os tabus da sociedade. É por isso que mais tarde, por volta dos séculos XIX e XX, qualquer comportamento que demonstre desobediência às proibições ou restrições, implica em perigo e desvalorização dos modelos impostos.

Da mesma forma que os costumes à mesa demonstravam as relações sociais, outros padrões de comportamento existentes na sociedade medieval faziam o mesmo e expunham as crianças a situações bem diferentes das consideradas apropriadas para a sociedade atual.

Outra demonstração da falta de vergonha existente na sociedade, tanto no que diz respeito a adultos e crianças, refere-se às questões sexuais. Outro livro de Erasmo de Rotterdam analisado por Elias (1994) foi escrito em 1522 e se intitulava: “Colóquios familiares destinados não só a aprimorar a língua dos jovens, mas também a educá-los

para a vida”. Este era utilizado na época como livro escolar, ou como material de leitura para crianças e foi dedicado a um afilhado de 6 ou 8 anos.

A obra se transformou em livro que pretendia apresentar os meninos à vida e que deveria ser adotado em inúmeras escolas. Erasmo trata de diversos assuntos que mais tarde, o progresso da civilização, ocultou do conhecimento das crianças, como: um jovem fazendo a corte a uma moça, uma mulher queixando-se de seu marido a uma amiga e uma conversa entre um rapaz e uma prostituta.

Erasmo pretendia falar aberta e francamente às crianças sobre as questões sexuais, o que causa grande escândalo à sociedade moralista dos séculos XIX e XX. É aí que mais uma vez Elias nos mostra que não podemos ver a sociedade medieval com nossos olhos do século XX, pois o que pode nos parecer imoral, do ponto de vista de um padrão social diferente e de uma diferente estrutura dos sentimentos pode ser “altamente moral e edificante” em outro contexto. (ELIAS, 1994, p. 174)

De acordo com Elias, Erasmo nunca perdeu de vista a finalidade pedagógica de seus escritos, o que aconteceu é que ele tinha um padrão diferente de vergonha, e pretendia mostrar ao jovem o mundo tal como ele era, ensinar o que deveria ser evitado e o que o levaria a uma vida tranqüila. O autor nos mostra ainda que para Erasmo e seus contemporâneos era extremamente natural falar sobre essas coisas com as crianças. Estas, apesar de serem submissas e socialmente dependentes, viviam na mesma esfera social dos adultos, que não se impunham como tais, nem em atos, nem em palavras. Essa imposição ocorreria apenas mais tarde devido à mudanças no controle das emoções e sentimentos e à necessidade de ocultá-los.

Nesse momento havia uma redução entre os padrões comportamentais de adultos e crianças. Aos poucos essa distância foi aumentando e foi criada como que uma “área segregada especial, na qual as pessoas vêm a passar os primeiros doze, quinze e quase vinte anos de suas vidas [...] a diferença no vestuário é uma expressão particularmente visível desse fato.” (ELIAS, 1994, p. 175).

O autor nos mostra ainda que as casas de prostituição eram temas discutidos em outros ambientes como por exemplo, as universidades, e os estudantes ingressavam nelas bem mais jovens do que atualmente. Até mesmo nas igrejas era comum que os sermões tratassem desses assuntos e ainda assim, as crianças permaneciam no recinto. Elias explica o fato da seguinte forma: “a proibição social não estava ainda gravada, como autocontrole no indivíduo, a ponto de se tornar embaraçoso o próprio fato de falar nesse assunto em público.” (ELIAS, 1994, p. 176)

Para Ariès (1981), essa ausência de cuidado em se preservar a criança de determinados assuntos e situações demonstra a falta de preocupação e de percepção em relação à infância. Não havia o cuidado de se esconder assuntos sexuais das crianças, pois aos quatorze anos já se sabia tudo sobre a vida sexual e era comum a prática familiar de se associar crianças às brincadeiras sexuais dos adultos. Os adultos poderiam usar de linguagem grosseira com as crianças ou em sua frente. Elas ouviam e viam tudo. Isso acontecia porque, de acordo com Ariès,

[...] acreditava-se que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto os gestos e alusões não tinham conseqüências sobre a criança. [...] também porque não havia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais pudessem macular a inocência infantil...na realidade não se acreditava que essa inocência existisse. (ARIES, 1981, p. 132)

Conforme o padrão de comportamento vai se modificando e os sentimentos de vergonha e medo passam a fazer parte do indivíduo, a dificuldade em falar às crianças sobre esses assuntos vai crescendo. Essa dificuldade, porém, não é guiada por motivos racionais, mas sim por proibições sociais e resistências que acontecem nos próprios adultos. É seu próprio superego que os faz guardar silêncio. É a estrutura da personalidade dos adultos que torna difícil falar sobre algo que lhes parece agora secreto.

Aos poucos a criança passa a ser resguardada ou preservada de alguns assuntos ou começa mesmo a ser retirada do recinto para não ouvir ou presenciar determinadas situações. Do mesmo modo, começa a haver uma preocupação em um preparo de literatura específica para elas, com termos e histórias que lhes sejam apropriadas. Os trajés e os jogos passam a ser diferenciados entre os que são feitos para os adultos e os que se destinam às crianças.

A primeira impressão de que não havia lugar para a infância na Idade Média deve ser atenuada com a compreensão de que o sentimento dos indivíduos e a percepção da própria sociedade sobre si mesma e suas crianças eram completamente diferentes do que conhecemos hoje. Aos poucos esse sentimento foi se tornando mais forte nos indivíduos, e eles puderam perceber a primeira infância como um período importante e único da vida que deve ser cercado de cuidados e proteção.

A história da infância no Brasil, deve levar em consideração os três povos que habitaram a colônia. Os portugueses colonizadores, os índios e os negros. Além da

criança indígena que aqui foi encontrada e sobre a qual falaremos logo adiante, conforme relatos de Ramos (2000), além dos adultos, as crianças também estavam presentes no povoamento realizado no século XVI. Nesses navios colonizadores, encontravam-se não apenas as crianças que vinham em companhia de seus pais, mas também outras tantas na condição de grumetes e pajens, conhecidas como “órfãs do Rei”. As meninas eram enviadas ao Brasil, para se casarem com os súditos da coroa, os meninos, participavam da população dos navios como grumetes, ou seja, ajudantes de marujos.

Segundo Del Priore (2000b), também na colônia, as obras de Erasmo tiveram repercussão e a criança deveria desde cedo aprender a se comportar bem, de acordo com os costumes de sua classe social. Também deveriam aprender rudimentos de leitura e escrita para conhecer as bases da doutrina cristã, e naquele momento havia uma constante mistura entre os elementos de formação doutrinal e de reflexão e leitura.

Por outro lado, havia ainda a preocupação dos jesuítas em evangelizar os índios e devido à dificuldade encontrada em fazê-lo com os adultos, passaram a cercar as crianças com seus cuidados e ensinamentos, na tentativa de alcançar não somente os filhos, mas também os pais. Algumas crianças, porém, eram entregues por estes aos padres para que fossem ensinadas. Os pequenos índios eram considerados como “folhas em branco” nas quais poderia se inscrever os ensinamentos considerados necessários para se acabar com alguns costumes locais e levá-los a um comportamento considerado cristão.

Esse tipo de situação trouxe uma verdadeira mudança para a vida dessas crianças. Elas passaram a aprender ofícios e quando adultos muitos realmente viveram como cristãos, embora a maioria quando chegava à adolescência retornava às origens e voltava a viver segundo os seus costumes. Houve até mesmo a tentativa de enviar alguns dos jovens indígenas para a Europa para que prosseguissem nos estudos e entrassem para a Companhia de Jesus, porém, esses planos tiveram que ser modificados devido à proibição da própria Companhia em Portugal. (DEL PRIORE, 2000b).

A criança negra foi praticamente esquecida nos relatos. Os filhos dos escravos eram também escravos e, portanto, deveriam ser tratados como tais, não importando sua idade, o que implicava em nenhum direito. Geralmente, o nascimento de uma criança escrava era visto com bons olhos somente porque representava a certeza de uma ama de leite para alimentar as crianças dos senhores. Em pouco tempo, as mães escravas tinham que voltar a trabalhar e deixavam seus bebês com idosos e outras crianças. A moradia

era a senzala, e esta se encontrava em condições sub-humanas. As crianças que ali viviam passavam por situações muito difíceis, enfrentando todo tipo de doenças e uma alimentação inadequada para a idade e pobre em termos nutricionais.

Desse modo, no Brasil, no século XVI, as dificuldades próprias de um país em colonização, mostraram a situação precária de crianças e adolescentes, pois elas eram obrigadas a trabalhar arduamente nos mais diversos tipos de funções, sofrendo os mais brutais e diferentes tipos de abusos. Com o tempo, inicialmente, os governos se mostraram muito mais preocupados em coibir as ações de uma infância e adolescência consideradas perigosas para a sociedade, do que em buscar assegurar seus direitos.

Somente na segunda metade do século XX (de maneira tímida), com o início do processo de reconhecimento internacional dos direitos humanos, começa a haver uma maior conscientização a respeito dos direitos individuais do homem, pensamento que, aos poucos, foi abrindo espaço para se chegar ao reconhecimento dos direitos daqueles que muito precisavam deles, a criança e o adolescente. Atualmente, no Brasil alcançamos um nível mais elevado de reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, e a legislação existente tem se mostrado muito mais a seu favor do que em épocas passadas, porém, a infância ainda passa por muitas dificuldades.

A problematização da infância contemporânea a partir do documentário “A invenção da infância”

Após essa longa trajetória em direção à compreensão da infância e de suas especificidades, chegamos a um momento *sui generis* em relação ao tratamento dado às crianças e aos cuidados em relação a elas. Temos toda a compreensão fornecida pela medicina e psicologia sobre suas especificidades tanto físicas, quanto emocionais e sociais; em termos de legislação, além de tratados internacionais que buscam uma homogeneidade no tratamento e cuidado dados à infância, diversas leis brasileiras foram criadas com o objetivo de resguardá-la das mais diversas situações. Ao mesmo tempo, porém, tantas outras situações que colocam sua segurança física, emocional e psicológica em risco, são constatadas de diversas maneiras.

O documentário “A invenção da Infância”, criado no ano 2000 e dirigido por Liliana Sulzbach, provoca reflexão sobre a infância apresentando problemáticas que se mostram de grande importância. Embora produzido há mais de uma década e meia, traz à tona, questões bastante atuais e o ponto inicial de discussão é o de que se no

Renascimento se descobriu a infância, atualmente passamos pelo seu oposto, o processo de seu desaparecimento. O ser criança a partir dos vários depoimentos de crianças das mais diversas classes sociais é percebido como algo muitas vezes deixado de lado em nome das atribuições que a vida moderna lhes designa. A diretora/cineasta nos levar a refletir constantemente sobre as construções e desconstruções do “ser criança” e do “ter infância”.

O documentário é introduzido por meio da retomada da descrição das grandes descobertas que marcaram o Renascimento na Europa, dentre eles, o “descobrimento” do Brasil que coincidiu cronologicamente com o surgimento do sentimento de infância, conforme exposto por Philippe Ariès (1981). Na abertura do vídeo, são inseridas cenas de pequenas cidades no interior do nordeste, mescladas com as dos grandes centros com seu alto movimento de pessoas e automóveis, destacando a diversidade de situações vivida no país. Encerra-se a abertura com cenas de crianças aparentemente sem muitos cuidados, dentro dos quintais de casas de madeira ou de barro, feitas em chão batido, com pouca ou nenhuma roupa, tendo fuligem e insetos voando em seus rostos.

A primeira cena do vídeo é a de um enterro de criança, realizado no interior do nordeste brasileiro. O funeral é acompanhado por diversas outras crianças e algumas delas carregam o féretro, tendo como cenário um ambiente árido. Em seguida inicia-se uma série de depoimentos de mães, relatando a morte de seus filhos ainda pequenos, em cidades do interior nordestino. A imagem inicial bem como os depoimentos das mulheres que perderam seus filhos, nos remete às ideias expostas por Ariès de alto índice de mortalidade infantil, ocorrido até meados do século XVIII.

A seguir, o vídeo provoca a reflexão, por meio de inserção de narração descrevendo uma situação que historicamente teria ficado em um passado distante, em contraste com as cenas e relatos da realidade brasileira do final dos anos 1990: “A infância, como ideia de uma época especial para cada ser humano, surge no mesmo tempo das grandes descobertas. Já não se morria tão facilmente e começava a valer a pena o investimento nesses seres tão frágeis...”.

Nos depoimentos, todas as mães relatam a perda de muitas crianças, sendo que a mais, chocante, é a história contada por uma delas, que de 28 filhos, apenas seis teriam sobrevivido. Nenhuma soube explicar o motivo das mortes, acreditando ter sido “desintiria”, “morte”, “necessidade”, “precisão”. Mais adiante, relatam o fato de “ter sido vontade de Deus” e por isso se mostram conformadas com a situação.

Em seguida, os depoimentos de crianças entre 8 e 12 anos, nos levam a pensar no quão tênue se mostra a diferença entre adultos e crianças na atualidade. Todas citam muitas atividades diárias, demonstrando claramente a diferença entre as infâncias retratadas. O documentário nos leva, porém, a perceber que todas essas infâncias acabam sendo deixadas de lado.

As meninas da classe média e alta paulistana realizam atividades extracurriculares como inglês, esportes e dança, apresentando uma agenda repleta de atividades que não lhes deixa tempo para brincadeiras ou mesmo para a possibilidade de descanso. Elas, porém, demonstram prazer em tantos afazeres e de se sentirem “adultas”. Uma delas chega a relatar o fato de se perceber em vantagem em relação a outras crianças que não possuem as mesmas oportunidades.

Os meninos pobres, do interior da Bahia, são apresentados em seus trabalhos nos campos de sisal ou na quebra de pedras, trabalhos esses, pesados e perigosos para todas as pessoas, e muito mais para as crianças. Eles se mostram conformados em poder trabalhar, ajudar sua família e ter algum dinheiro para comprar aquilo de que necessitam: “se a pessoa ficar em casa é muito mais pior... não ganha é nada”, relata um deles. Conta ainda que sua rotina diária é encerrada com um curto espaço de tempo para brincadeiras no final da tarde e a ida à escola no período noturno. Para ele, o que tem a fazer é estudar muito para um dia poder sair dali e trabalhar em outro lugar. A sala de aula que frequenta, reúne crianças e adolescentes de diversas idades. O entrevistado já possui 12 anos, mas afirma precisar da escola para aprender a ler e escrever, demonstrando que talvez ainda não seja alfabetizado.

O nítido contraste, porém, entre as facilidades para algumas dessas crianças e as enormes dificuldades para outras, já são uma forma de violência contra essas últimas e nos leva a refletir para além do desrespeito pela infância, nos fazendo pensar sobre as desigualdades que levarão algumas ao sucesso quase que certo em seu futuro e outras ao fracasso imposto pelo trabalho precoce e precarizado. Além disso, a dificuldade de escolarização de algumas crianças são quase como que um veredito de insucesso.

Essa questão nos remete à discussão proposta por Kramer (1995) de que a concepção de infância é uma criação da sociedade capitalista, urbano-industrial, é ela que muda a inserção e o papel da criança na comunidade. Importante frisar que as diferentes classes sociais, impõem diferentes papéis para a criança em seu interior. As classes dominantes é que disseminaram a ideia de infância universal, baseada no seu modelo padrão de criança, justamente a partir dos critérios de idade e de dependência do

adulto, característicos de um tipo específico de atribuição social por ela assumida no interior dessas classes.

A identificação do contexto burguês em que este sentimento de infância surge e se estrutura é extremamente importante para a compreensão da concepção atual de criança, quando se acredita ou se quer fazer acreditar numa essência infantil desvinculada das condições de existência, ou seja, em uma criança universal, idêntica qualquer que seja sua classe social e sua cultura. Para a autora, é preciso compreender a infância a partir da sociedade de classes, não possuindo a infância, existência em si mesma. Compreender essa situação implica em reconhecer que não existe “a infância”, mas sim indivíduos de pouca idade que são afetados pela sua situação de classe social”. (KRAMER, 1995, p. 24)

Dando continuidade à narração presente no documentário, somos expostos a um relato que nos faz pensar a respeito da especificidade da infância, em contraste com a realidade exposta, tanto pelas crianças trabalhadoras, quanto pelas de classe média-alta:

Ao inventar a infância, a Modernidade cria a idade de ouro de cada indivíduo. Fase em que a vida será perfeita, protegida e tranqüila, antes de ser tomada pelas exigências do trabalho. É época ideal de nossas vidas, em que ser criança é não ter qualquer outro compromisso que vá além do gozo puro e simples de sua inocência.

Antes desse período, temos que observar a situação exposta por Ariès, quando mostra que a partir dos séculos XV e XVI,

A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, partilhava de seus trabalhos e jogos. [...] A transmissão dos valores e dos conhecimentos e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. [...] A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1981, p. IX)

Desse modo, percebemos que a diretora do vídeo, pretende nos fazer pensar a respeito dessa infância proposta pela elite, que foi e ainda é uma realidade distante para as muitas crianças provenientes de outras classes sociais. Tal qual na Idade Média, ao se alcançar determinada idade, nossas crianças também são tomadas por uma série de responsabilidades que não lhes permite viver apenas no “gozo puro e simples de sua inocência”.

Outra situação configurada pelo vídeo é a questão apontada por Postman (1999), de que o letramento contribui para diferenciar adultos e crianças e proposta pelo documentário por meio da seguinte narrativa:

Com a invenção da imprensa por Gutenberg, ler e escrever passa a ser fundamental para se tornar ‘gente grande’. Antes dele, a transmissão do conhecimento se dava basicamente de forma oral: o que adultos falavam, crianças entendiam. A imprensa, ao democratizar o acesso aos livros e à cultura escrita, cria uma nova situação: as crianças terão primeiro que aprender a decifrar os códigos secretos da escrita para ingressar no universo dos adultos.

Porém, logo em seguida, referindo-se inclusive às ideias apresentadas pelo autor, Sulzbach acentua os problemas vivenciados pela infância na atualidade, devido a sua alta exposição à televisão:

O professor Morse, ao criar o telégrafo no século XIX, provoca uma nova mudança no conceito de infância. O telégrafo leva a descoberta do telefone, do rádio e da televisão. E com a televisão acontece algo curioso: assim como na época pré-moderna, a informação novamente é transmitida através de um código que pode ser entendido por adultos e crianças. [...] A cultura audiovisual volta a ocupar um espaço privilegiado no cotidiano das pessoas, e o mundo das crianças e dos adultos começa mais uma vez a se confundir.

Segundo Postman (1999), o telégrafo iniciou o processo de retirar da família e da escola o controle sobre a informação, pois alterou o tipo de informação a que as crianças podiam ter acesso, bem como sua qualidade, quantidade, sequência e as circunstâncias que acompanhariam sua divulgação. Para ele, o telégrafo, porém, foi somente um prenúncio do que viria a seguir. Um grande número de invenções como prensa rotativa, máquina fotográfica, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio e a televisão contribuíram cada vez mais para acentuar a situação. Hoje, em pleno século XXI podemos acrescentar à lista o computador e a internet.

O autor aponta ainda a ação produzida pela revolução gráfica, mostrando que se refere ao “aparecimento de um mundo simbólico que não pode sustentar as hierarquias sociais e intelectuais que tornam a infância possível.” (POSTMAN, 1999, p. 87). Quando pensadas em conjunto, as revoluções eletrônica e gráfica representaram um desordenado, porém, poderoso ataque à linguagem e à leitura, uma reelaboração do mundo das ideias em ícones e imagens com a velocidade da luz.

Para ele, a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras: Em primeiro lugar, porque não demanda treinamento para apreender sua

forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. Com a ajuda de outros meios eletrônicos não impressos, a televisão recria as condições de comunicação que existiam nos séculos quatorze e quinze. Biologicamente estamos todos equipados para ver e interpretar imagens e para ouvir a linguagem que se torna necessária para contextualizar a maioria dessas imagens. O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação.

Atualmente, além da propaganda altamente apelativa ao consumo infantil, principalmente nos horários de programação a elas destinados, as crianças são expostas às novelas e outros programas que podem ser considerados inadequados devido à veiculação de conteúdos inapropriados como: cenas de violência ou de sexo, exibidas de maneira explícita; desrespeito aos direitos humanos, presentes cotidianamente nos telejornais ou na teledramaturgia; e ainda, o estímulo à erotização precoce por meio de expressões, músicas, gestos e danças divulgados em programas voltados ao público infantil.

O documentário faz referência a um programa da época, destinado ao público infantil, que tinha como apresentadora, Angélica. Um dos convidados musicais entra no palco ladeado por duas jovens, vestidas com pouquíssima roupa e que fazem uma dança sensual, comum a outros grupos musicais da época. O vídeo também mostra que essa dança era repetida pelas meninas em suas festas e encontros.

A seguir as crianças descrevem o tipo de programação que assistem, e tanto as de São Paulo, quanto as da Bahia, relatam assistir uma novela da época, aparentemente inocente e engraçada, mas que em uma das cenas expostas no documentário, aparece um casal se abraçando em uma relação cômico-sensual. A mais nova das meninas (possui 8 anos), relata também, que aprecia cinema *trash*. Este, por definição refere-se a filmes com baixo orçamento, tecnicamente mal feitos, que podem ser apresentados em qualquer gênero, mas que normalmente são filmes de terror. O site “Adoro Cinema”² ao se reportar aos filmes *trash*, os descreve como filmes que oferecem “Monstros, litros de sangue, sexo com criaturas intergalácticas, tomates assassinos, tubarões voadores, freiras lésbicas, geladeiras perversas...”.

Além dessa programação, várias crianças se referem ao aparentemente “inofensivo” telejornal. Disseram que o assistem diariamente como meio de informação,

² Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-113002/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

porém, esse tipo de programação apresenta cenas de violência, crueldade e desrespeito diariamente.

Atualmente, porém, nossas crianças estão constantemente expostas a tudo que possa ser assistido e lido na internet. Possuem amplo acesso às redes sociais que, embora sejam proibidas para menores de idade, por não haver nenhuma fiscalização, acabam sendo ambiente de divulgação de ideias, acessível a todos os públicos.

Essa situação acabou evoluindo aos tão comuns *MCs* menores de idade, com seus *funks* voltados para crianças, sendo eles mesmos ainda crianças. No momento, a novidade é o *MC Vilãozin* de apenas 6 anos de idade. Alguns desses *funks* possuem letras que nem podem ser chamadas de sensuais, mas sim de sexuais. Algumas dessas músicas, também fazem apologia ao uso de drogas. Sofreram intervenção do Ministério Público sendo alvo de investigação, porém, seus vídeos, com coreografias sensuais, são facilmente encontrados no site de compartilhamento de vídeos *youtube*, ao qual, tanto adultos quanto crianças, têm acesso.³

Nesse sentido, somos mais uma vez levados a pensar com Postman (1999) que se o sentimento de vergonha também marcou o surgimento da infância, viver em um tempo em que não haja mistérios obscuros e fugidios para os adultos ocultarem das crianças e só revelarem quando acharem necessário, seguro e adequado, demonstra que a linha divisória entre adultos e crianças torna-se perigosamente tênue.

Nesse sentido, o documentário nos apresenta a seguinte ideia:

Uma época na qual, crianças podem trabalhar como adultos, consumir como adultos, partilhar das informações como adultos, não reconhece o mundo infantil como diferente ou especial. Um mundo onde adultos e crianças compartilham da mesma realidade física e virtual, é um mundo de iguais.

Mais do que nunca, parece que realmente chegamos a esse momento. Apesar da aparente manta de cuidado que deveria envolver nossas crianças, percebemos que seus direitos ao zelo e proteção, são diariamente violados, sem que nada de efetivo seja feito. Podemos compreender que processo de ascensão para o reconhecimento do lugar da infância passa por um retrocesso, ocasionando o que Postman define como “desaparecimento da infância”. Assim, apesar de possuímos a compreensão da

³ Ministério Público abre inquérito sobre sexualização de MC Melody. Disponível em <<http://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2015/04/1620628-ministerio-publico-abre-inquerito-sobre-sexualizacao-de-mc-melody.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

especificidade infantil, a sociedade contemporânea anula esse conhecimento impondo rotinas, responsabilidades e expondo a criança a situações e conhecimentos que não deveriam fazer parte desse momento da vida.

Caminhando para o término, somos mais uma vez convidados a refletir sobre os conceitos que permearam o surgimento do sentimento de infância com a seguinte narração: “Na época das grandes descobertas, o homem sonhou que o mundo poderia ser melhor e tentou inventar um ser humano melhor, capaz de conduzir estes ideais juntamente com a sua vida. A invenção da infância fazia parte deste sonho”.

Tal ideia nos remete à dos ideais de homem e de nova sociedade, presentes na transição do feudalismo para o capitalismo. Arce (2002), aponta que nesse período de consolidação da burguesia como classe hegemônica, com base no contexto dos ideais da Revolução Francesa e do novo modo de produção que se apresentava a partir da Revolução Industrial, surgiram ideais para o novo modelo de sociedade que se instaurava. Em busca dessa nova sociedade, o homem se propôs a pensar novos modos de se relacionar e de agir em relação às situações. Nesse sentido, a infância burguesa e os novos padrões relacionados aos cuidados a ela dispensados, se mostrava como um alto nível de desenvolvimento a ser alcançado.

Assim como os ideais da Revolução Francesa ainda não alcançados, nos parece que essa infância totalmente pura e resguardada, que seria mantida incólume aos problemas e assumiria o papel de protagonista na produção de esperança de um futuro diferente, se algum dia foi atingido, o foi por uma pequena parcela, pela criança burguesa, talvez, que porém, se encontra desde o final do século XX em movimento contrário, de desaparecimento. As crianças das classes populares nunca conseguiram realmente alcançar esse nível de proteção e resguardo.

Essa diferença se mostra claramente nas últimas falas apresentadas pelo vídeo, primeiro, a de uma menina de 8 anos, pertencente a classe média alta que ao fazer a leitura de seu diário nos diz: “*agora eu sou mocinha*”, em seguida, apresenta diz cheia de orgulho: “*eu acho que eu levo uma vida de gente grande*”. Em segundo lugar, o relato lastimoso de um dos meninos trabalhadores dos campos de sisal de 12 anos, que demonstra que apesar de toda a situação vivenciada, o desejo de que a infância realmente exista é algo forte em sua vida. Ele demonstra grande necessidade de se manter como criança em uma sociedade que insiste em empurrá-lo para a vida adulta: “Eu acho que eu não cheguei ainda na idade de ser adulto... não, eu acho que eu sou criança ainda”.

O documentário é concluído, nos propondo uma última reflexão a partir da seguinte frase: “ser criança não significa ter infância”. Para Heywood (2004), a infância é um constructo social, e a modernidade ocidental nos trouxe a ideia de se tratar de um “ser historicamente constituído”, que necessita de proteção e cuidados, porém, as consciências ainda não estão preparadas para perceber que determinadas situações não contribuem com essa proteção. Embora a sociedade pense ter evoluído em tantas questões, muitas de nossas crianças permanecem sem infância sem que nada seja feito para que essa situação seja modificada. As crianças aí estão, compartilhando conosco, esse mundo construído pelos adultos e enquanto esses adultos não voltarem sua atenção a elas e suas reais necessidades, o seu desaparecimento continuará em processo.

Considerações finais

As diferenças sociais, por si só já se constituem em violência contra muitas crianças, que perdem sua infância pela necessidade de trabalhar e de assumir responsabilidades. Por outro lado, a falta de atenção às necessidades reais da criança como o brincar e o cuidado com sua exposição exacerbada ao consumismo, ao sexo e à violência tem ocasionado a falta dos cuidados necessários. Os ideais pensados para a existência da infância, não podem ser abandonados e a igualdade na defesa de direitos deve ser garantida de maneira integral.

Em pleno século XXI nos deparamos com situações muito diversas no que diz respeito ao cuidado com a infância. Talvez, por muito tempo ainda tenhamos que lutar para que seus direitos sejam preservados e para que esteja cada vez mais resguardada de situações que comprometam seu desenvolvimento. Embora a sociedade apresente uma preocupação idealizada, ela ainda não se tornou efetiva e real para muitas crianças brasileiras. Nesse momento, a maior luta a ser travada parece ser contra o desaparecimento da infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. RJ: LTC, 1981.

DEL PRIORE, M. Apresentação In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000a.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000b.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. 2ª ed. RJ: Jorge Zahar, 1994. Vol. 1.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, S. **A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. SP: Hucitec, 1998.

MOURA, E. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. RJ: Graphia, 1999.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene. **O século perdido – Raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, L. C. da. Há algo de degenerado no reino da sociedade industrial moderna. In: MERISSE, A. et al. **Lugares de infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SCARANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000.

SULZBACH, L. (Direção). **A Invenção da infância**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TGokX10UfOo>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas: assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.

VENÂNCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. SP: Contexto, 2000.

Como referenciar este artigo

MANICA, Loni Elisete. A educação profissional formal e não formal das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2024-2043, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n4.out./dez.2017.9320>>. E-ISSN: 1982-5587.

Submetido em: 06/07/2016

Aprovação final em: 02/07/2017